

## Artigo Original

## Relações entre regulação emocional parental e desenvolvimento dos filhos

Relationships between parental emotional regulation and child development

<http://dx.doi.org/10.18316/sdh.v10i3.7299>

Ana Cristina Barros da Cunha<sup>1\*</sup> ORCID 0000-0003-0839-0130, Ana Carolina Maffazioli<sup>2</sup> ORCID 0000-0002-6990-1013, Karolina Alves Albuquerque<sup>2</sup> ORCID 0000-0002-6044-3570

## RESUMO

**Objetivo:** Analisar relações entre regulação emocional parental e o desenvolvimento dos filhos. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo transversal exploratório com 47 famílias. O desenvolvimento infantil foi avaliado pelo teste *screening* do Battelle Developmental Inventory- 2<sup>a</sup> Ed., enquanto a regulação emocional parental foi avaliada pela Escala de Regulação Emocional Parental. O Critério de Classificação Econômica Brasil e um Protocolo de dados gerais foram usados para identificar o perfil sociodemográfico das famílias. Análises estatísticas descritivas foram conduzidas, bem como correlações de *Spearman* usadas para testar as hipóteses e responder aos objetivos do estudo. **Resultados:** Para as mães houve correlação significativa entre “Orientação às emoções da criança” e o domínio adaptativo ( $\rho=0,316$ ) e entre “Falta de controle emocional” com desenvolvimento geral ( $\rho= -0,304$ ) e os domínios pessoal-social ( $\rho= -0,340$ ) e motor ( $\rho= -0,328$ ). Para os pais, “Falta de controle emocional” se correlacionou com os domínios cognitivo ( $\rho=0,368$ ) e comunicativo ( $\rho=0,361$ ) do desenvolvimento infantil. **Conclusão:** Relações entre regulação emocional parental e desenvolvimento infantil diferem para mães e pais, observando-se a regulação das mães mais relacionada ao desenvolvimento dos filhos neste estudo. Estudos com novas hipóteses são importantes para analisar impactos da regulação emocional parental sob as crianças, identificando-se diferenças entre gêneros.

**Palavras-chave:** Regulação Emocional; Desenvolvimento Infantil; Parentalidade.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

2 Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

\***Autor Correspondente:** Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, UFRJ. Rua Ronald de Carvalho, Nº 147, apto 202. Copacabana, Rio de Janeiro- RJ. CEP.: 22021-020.

Email: [acbcunha@yahoo.com.br](mailto:acbcunha@yahoo.com.br)

Submetido em: 03.08.2020

Aceito em: 17.09.2021

## ABSTRACT

**Objectives:** To analyze relations between parental emotional regulation and children's development. **Material and Methods:** This is an exploratory cross-sectional study with 47 families. Child development was assessed by the Battelle Developmental Inventory-2nd Ed. screening, while parental emotion regulation was assessed by the Parental Emotional Regulation Scale. The Brazil Economic Classification Criteria and a general data protocol were used to identify the sociodemographic profile of the families. Descriptive statistical analyzes were conducted, as well as Spearman correlations were used to test hypotheses and respond to the study objectives. **Results:** For mothers, there was a significant correlation between "Orientation to the child's emotions" and the adaptive domain ( $\rho=0.316$ ) and between "Lack of emotional control" with general development ( $\rho= -0.304$ ) and the personal-social domains ( $\rho= -0.340$ ) and motor ( $\rho= -0.328$ ). For parents, "Lack of emotional control" was correlated with the cognitive ( $\rho=0.368$ ) and communicative ( $\rho=0.361$ ) domains of child development. **Conclusion:** Relationships between parental emotion regulation and child development differ for mothers and fathers, observing the mother's regulation being more related to kid's development in this study. Studies with new hypotheses are important to analyze the impacts of parental emotional regulation on children, identifying differences between genders.

**Keywords:** Emotional Regulation; Child Development; Parenting.

## INTRODUÇÃO

A principal motivação para se estudar o desenvolvimento humano tem sido melhorar o futuro dos indivíduos de uma sociedade<sup>1-12</sup>. O Modelo Transacional do Desenvolvimento proposto por A. Sameroff<sup>1</sup> compreende que o desenvolvimento é resultado de correções, ou seja, relações bidirecionais e recíprocas entre a pessoa e seus contextos de interação. Desde o nascimento até os três anos de idade a plasticidade cerebral permite que as capacidades da criança sejam estimuladas com grande evolução<sup>2</sup>. Isto é potencializado quando ela se desenvolve, principalmente, por meio do cuidado parental baseado na correção (ou relações bidirecionais recíprocas) entre seus pais ou cuidadores principais e os contextos de interação e desenvolvimento infantil<sup>1</sup>.

Por sua vez, a aquisição de habilidades de autorregulação emocional pela criança ocorre a partir dos 24 meses de idade, quando controlar emoções básicas é fundamental para atingir objetivos e se adaptar às demandas cognitivas e sociais emergentes<sup>5</sup>. Esse período do desenvolvimento costuma ser chamado de "*terrible twos*", quando, geralmente, a criança aprende habilidades de comunicação, que passa a usar para fazer escolhas<sup>12</sup> e, então, ter maior domínio de suas emoções e comportamentos. Nesse período, a família é o principal contexto transacional para o desenvolvimento infantil, onde as interações entre a criança e seu contexto familiar são muito importantes, pois permitem os estímulos necessários ao desenvolvimento<sup>2,5-7,10-12</sup> e a autorregulação emocional infantil.

Considerando a importância do contexto familiar, a parentalidade, como importante função de mães, pais ou cuidadores no oferecimento de cuidados, tanto físico como psicoafetivo aos seus filhos, representa uma relevante oportunidade para investir no desenvolvimento humano. A parentalidade se apoia em práticas parentais, ou seja, formas dos pais reagirem às atitudes e aos comportamentos da criança, podendo ser tanto positivas quanto negativas. As práticas positivas na primeira infância são o comportamento moral, as expressões afetivas e o envolvimento dos pais ou cuidadores com reforço e disciplina adequadas. Já as negativas se referem ao abuso físico e psicológico, a disciplina relaxada ou coercitiva, a punição inconsistente, a monitoria estressante e a comunicação negativa. As práticas positivas mostram-se especialmente relevantes, já que cuidar, proteger e direcionar a criança desde a infância até a maturidade, respeitando-se as etapas evolutivas, garantem um melhor desenvolvimento<sup>2-7,9-12</sup>.

Dentre as práticas parentais positivas relacionadas ao cuidado parental adequado, estudos recentes têm demonstrado que a regulação emocional é um fator de destaque<sup>3-9</sup>. Trata-se da capacidade de modular reações emocionais usando a moderação, inibição, intensificação ou manutenção das emoções

para atingir objetivos pessoais<sup>10</sup>. Conforme afirmam Pluciennik, Lazzari e Chicaro<sup>2</sup> as capacidades correlogatórias familiares de comunicação e regulação emocional são peças chave para o desenvolvimento da regulação emocional na criança. Levando-se em consideração o papel correlogador fundamental da família na primeira infância, a correlogação parental prediz o aprendizado de respostas emocionais da criança<sup>10</sup>. Isto quer dizer que a regulação emocional irá se desenvolver baseada na capacidade da família em comunicar e expressar emoções, bem como nas habilidades dos pais em reagirem às emoções dos seus filhos<sup>1, 5-7, 10-12</sup>. Pais com dificuldades em regular suas próprias emoções tendem a ter dificuldades em se expressar emocionalmente e ensinar seus filhos a regular suas emoções, o que acaba por diminuir também sua capacidade de se autorregular frente às demandas infantis<sup>11</sup>.

Dentro do contexto familiar também é importante que haja congruência na prática parental entre os cuidadores, o que é definido pela relação coparental<sup>2,8</sup>. A coparentalidade ou relação coparental diz respeito a como os cuidadores conduzem a sua própria parentalidade na relação um com o outro, baseado no apoio mútuo ou não para o manejo dos conflitos familiares e da prática educativa parental<sup>2</sup>. Dessa forma, pode-se afirmar que o sucesso das interações entre pais e filhos dependerá da capacidade dos pais em reconhecerem seus próprios sentimentos e os dos filhos. Baseando-se nisso, os pais podem modular suas respostas às demandas da criança a fim de não reagirem negativamente em situações de estresse, quer seja punindo, negligenciando ou menosprezando as emoções da criança<sup>11</sup>.

Considerando a família como o contexto primário de socialização da criança, as dificuldades na regulação emocional parental têm impacto sobre a regulação emocional e comportamental infantil, as quais são fatores importantes para o desenvolvimento geral da criança<sup>11</sup>. Ressalta-se, ainda, que a autorregulação é fundamental para a adaptação e o desenvolvimento humanos nos diferentes contextos de interação, onde os pais são importantes correlogadores dos filhos<sup>1</sup>. Logo, a avaliação precoce do desenvolvimento infantil pode ser útil para identificar problemas de autorregulação na criança e sua família, bem como o planejamento de intervenções<sup>13,14</sup>. Portanto, uma prática parental não apoiada em capacidades de regulação emocional dos pais pode resultar em riscos para o desenvolvimento infantil<sup>5</sup>. Baseado nisso, o objetivo deste estudo foi analisar relações entre regulação emocional parental e o desenvolvimento, geral e pelos domínios adaptativo, pessoal-social, comunicativo, motor e cognitivo, de crianças entre 24 e 35 meses de idade.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

### **Participantes**

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, comparativo e correlacional, realizado entre junho de 2019 e janeiro de 2020, com uma amostra de 47 famílias formadas por mãe e pai com filhos entre 24 e 35 meses de idade, podendo ou não ter mais filhos e família estendida. Destas 47 famílias, todas as mães foram participantes do estudo, mas apenas 33 pais também participaram.

### **Procedimentos de coleta de dados**

Através de redes sociais digitais, como Facebook por exemplo, a divulgação online do estudo foi realizada, aplicando-se a técnica de amostragem “bola de neve” para recrutamento dos participantes. Dessa forma os primeiros participantes eram contatados e respondiam a pesquisa, sendo solicitado aos mesmos a indicação de novos participantes. A idade das crianças (24 e 35 meses) foi adotada como critério de inclusão para as famílias, assim como o desenvolvimento típico confirmado pelo relato dos pais. No caso dos pais, somente os maiores de 18 anos de idade e que se autodeclararam cuidadores parentais principais da criança foram recrutados. Pais que se autodeclaravam com histórico de transtornos mentais foram excluídos. As famílias eram residentes da região da Grande Vitória (ES) e todos os casais se declararam casados ou em união estável. A procura pela participação na pesquisa se deu pelas mães, mas o pai também era convidado a participar quando a mãe declarava viver sob

regime coparental. Todos os critérios, de inclusão e exclusão na amostra, foram confirmados com base no relato parental.

Na primeira etapa (online) os pais responderam a um Protocolo de dados gerais, ao Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) e à Escala de Regulação Emocional Parental (EREP) via formulário *Google Forms*. Na segunda etapa (presencial), a versão adaptada para o Brasil do *Battelle Developmental Inventory – 2nd Edition – BDIS-BR*<sup>16</sup> foi usada para a avaliação da criança conduzida em local, data e horário agendados de acordo com a preferência das famílias. O BDIS-BR era administrado em sessão de 50 a 90 minutos de duração, quando a criança era avaliada na presença do cuidador pela autora principal, psicóloga treinada na administração deste teste. A maioria das coletas presenciais foi conduzida no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Pediátrica da Universidade Federal do Espírito Santo. Para algumas famílias, essa etapa presencial foi conduzida na residência.

## Instrumentos

a) Protocolo de dados gerais, desenvolvido especialmente para esse estudo para coletar dados sociodemográficos e psicossociais para caracterização das famílias;

b) Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB<sup>15</sup>, usado para identificar o perfil socioeconômico das famílias;

c) Escala de Regulação Emocional Parental- EREP, proposta por Barros e Pereira<sup>11</sup>, para identificar o nível de regulação emocional dos pais. Trata-se de uma escala tipo Likert, com cinco pontos que variam de “nunca ou quase nunca” à “sempre ou quase sempre”. A EREP é composta por 20 itens organizados em quatro subescalas, que avaliam quatro domínios da regulação das emoções no contexto parental: 1) Orientação às emoções da criança; 2) Evitação das emoções da criança; 3) Falta de controle emocional; e 4) Aceitação das emoções, tanto próprias quando às da criança<sup>11</sup>. Bons índices de consistência interna em todas as subescalas (0,79, 0,62, 0,73 e 0,69, na ordem que foram listadas) foram obtidos no estudo de validação da EREP com 254 mães de crianças e adolescentes entre três e 15 anos de idade. Médias dos pais para cada subescala são calculadas para a análise quantitativa dos resultados da EREP. No caso das subescalas 1- Orientação às emoções da criança; e 4- Aceitação das emoções tanto próprias quando às da criança, a regulação emocional parental é proporcional ao valor da média. No caso das subescalas 2- Evitação das emoções da criança, e 3- Falta de controle emocional, a classificação da regulação emocional é inversamente proporcional à média<sup>11</sup>.

d) *Battelle Developmental Inventory, 2nd Edition Screening Test* - BDIS-BR, é uma versão adaptada para o Brasil do teste de triagem do *Battelle Developmental Inventory*, cujo objetivo é identificar riscos de atrasos de desenvolvimento em crianças entre zero e sete anos e 11 meses de idade<sup>14</sup>. Além da adaptação transcultural, a versão brasileira do teste de triagem foi validada e suas propriedades psicométricas foram avaliadas como excelentes para uso na população infantil brasileira<sup>16</sup>. Nesta versão, há 10 itens de avaliação para cada faixa etária, sendo dois para cada um dos cinco domínios, a saber: 1) Adaptativo; 2) Pessoal-Social; 3) Comunicativo; 4) Motor; e 5) Cognitivo. A aplicação de cada item pode ser feita por observação livre da criança ou em situação estruturada de interação lúdica com brinquedos, jogos e tarefas do teste, ou entrevista ao cuidador responsável pela criança. O examinador escolhe a melhor forma de administrar o item durante a testagem de acordo com as opções de aplicação dos itens no manual do teste. A testagem se inicia no item correspondente a idade da criança e o nível basal é indicado quando ela alcança a pontuação máxima em três itens consecutivos. Caso isso não ocorra, a avaliação se inicia pelo primeiro item do domínio da escala. O nível teto é estabelecido quando a criança marca zero em três itens consecutivos ou no item mais alto do domínio<sup>17</sup>.

## Análise de dados

Todos os dados foram analisados descritivamente em termos de medianas, médias, variância e desvios-padrão. Os dados do Protocolo de dados gerais e do CCEB foram processados em termos de frequência de ocorrência dos dados coletados, enquanto a escala EREP foi corrigida de acordo com as instruções do instrumento. O teste de Mann-Whitney foi usado para comparar as médias dos escores de regulação emocional parental obtidos por pais e mães e entre mães cuidadoras principais e mães em relação coparental. Relações entre os escores médios de regulação emocional parental de pais e mães e o sexo do filho, menino ou menina, também foram analisadas usando o teste de Mann-Whitney. O instrumento de avaliação do desenvolvimento infantil foi corrigido de acordo com as instruções e o ponto de corte relativo à idade da criança. Correlações de *Spearman* foram calculadas para analisar relações entre os subdomínios da regulação emocional parental pela EREP e o desenvolvimento infantil, geral e por domínios, pelo BDIS-BR, adotando-se  $p < 0,05$  como nível de significância. Todas as análises foram realizadas usando-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 23.

## Considerações éticas

O estudo seguiu a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, para pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovado por Comitê de Ética (parecer de aprovação nº 3.469.643) antes do início da coleta de dados, que ocorreu nas duas etapas, uma online e outra presencial, conforme já descritas. Na primeira etapa realizada online via *Google Forms* foi utilizado um formulário onde os objetivos do estudo eram apresentados à mãe e ao pai (quando este participava) de forma escrita antes de ser solicitada sua concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente aprovado por Comitê de Ética (CAEE N. 10237719.4.0000.5542).

## RESULTADOS

Os dados de caracterização das famílias, obtidos pelo Protocolo de dados gerais e pelo CCEB, estão sumarizados da Tabela 1.

**Tabela 1.** Dados de caracterização das famílias.

	Família n= 47	Pai n= 33	Mãe n= 47	Criança n= 47
<b>Sexo</b>				
Feminino		0	47	20 (43%) <sup>1</sup>
Masculino		33	0	27 (57%) <sup>1</sup>
<b>Idade (média)</b>		34 anos (5)*	32 anos (4,86)*	28 meses (3,31)*
<b>NSE</b>				
A	5 (11%) <sup>1</sup>			
B1	22 (47%) <sup>1</sup>			
B2	17 (36%) <sup>1</sup>			
C	3 (6%) <sup>1</sup>			
<b>Assistência de saúde prioritária</b>				
Plano de saúde	38 (81%) <sup>1</sup>			
SUS	9 (19%) <sup>1</sup>			

	<b>Família</b> n= 47	<b>Pai</b> n= 33	<b>Mãe</b> n= 47	<b>Criança</b> n= 47
<b>Escolaridade</b>				
Ensino médio completo		12 (36%) <sup>1</sup>	19 (40,5%) <sup>1</sup>	
Ensino superior completo		18 (55%) <sup>1</sup>	19 (40,5%) <sup>1</sup>	
Pós- graduação <i>strictu sensu</i>		3 (9%) <sup>1</sup>	9 (19%) <sup>1</sup>	
<b>Creche</b>				
Sim				47 (100%) <sup>1</sup>
Não				0 (0%) <sup>1</sup>
<b>Horas frequentadas na creche por semana</b>				30 (10,5)*
<b>Média de horas trabalhadas por semana</b>		37 (13)*	26 (17,1)*	

NSE-Nível socioeconômico; SUS- Sistema Único de Saúde; \*Média (desvio padrão); <sup>1</sup> Frequência (%)

Na Tabela 2 podem ser observadas as medianas dos escores médios da regulação emocional parental obtidos pela EREP, comparando-se pais e mães. Destaca-se que, apesar de as medianas dos escores médios da EREP entre mães e pais apresentarem diferenças estatisticamente significativas somente para duas subescalas, as mães obtiveram escores de regulação emocional parental melhores do que os pais em todas as subescalas.

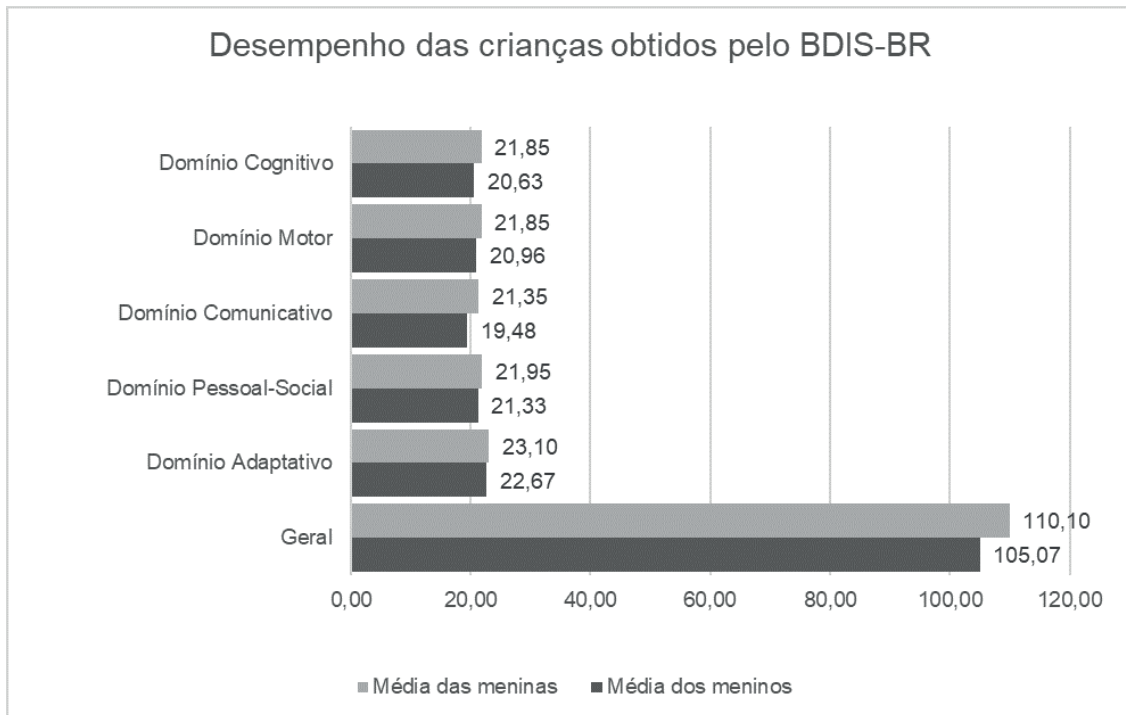
**Tabela 2.** Diferenças entre as medianas dos escores da EREP, comparando-se pais (N=33) e mães (N=47) pelo teste Mann-Whitney.

<b>Subescalas EREP</b>	<b>Mães (N=47)</b>		<b>Pais (N=33)</b>		<b>p</b>
	<b>Escores médios</b>	<b>DP</b>	<b>Escores médios</b>	<b>DP</b>	
1- Orientação às emoções da criança	3,63	0,26	3,00	0,40	0,00*
2- Evitação das emoções da criança	1,74	0,42	1,85	0,47	0,20
3- Falta de controle emocional	1,39	0,48	1,58	0,73	0,08
4- Aceitação das emoções, tanto próprias quanto às das crianças	2,64	0,51	2,41	0,59	0,03*

\*  $p \leq 0,05$

Os escores da avaliação de desenvolvimento infantil, geral e por domínios, obtidos pela versão brasileira do teste de triagem do *Battelle Developmental Inventory, 2nd Edition Edition Screening Test* (BDIS-BR), comparando-se meninos e meninas, podem ser observados na Figura 1.

**Figura 1.** Desempenho das crianças no BDIS-BR em termos de desenvolvimento geral e por domínios.



Nenhuma criança apresentou resultados de desenvolvimento geral no BDIS-BR com percentis  $\leq 104$ , que indicariam atrasos no desenvolvimento. Também nenhuma criança apresentou atraso em nenhum dos domínios de desenvolvimento, ou seja, escores  $\leq 16$  para todos os domínios e  $\leq 18$  para o domínio motor. No geral, o desempenho dos meninos ( $M=105,7$ ) foi levemente inferior do que o das meninas ( $M=110,0$ ), tanto no escore geral quanto nos domínios específicos.

Relações entre os escores médios de regulação emocional parental de pais e mães, respectivamente, e o sexo do filho, não foram significativas para nenhuma das quatro subescalas da EREP: 1) Orientação às emoções da criança:  $p= 0,901$  (pais) e  $p= 0,355$  (mães); 2) Evitação das emoções da criança:  $p= 0,957$  (pais) e  $p= 0,965$  (mães); 3) Falta de controle emocional:  $p= 0,178$  (pais) e  $p= 0,245$  (mães); e 4) Aceitação das emoções, tanto próprias quanto às das crianças:  $p= 0,401$  (pais) e  $p= 0,870$  (mães).

Correlações entre os escores médios de regulação emocional parental, das mães e dos pais, e os escores do BDIS-BR, geral e por domínios, estão apresentadas na Tabela 3.

**Tabela 3.** Correlações de *Spearman* entre os escores da criança no BDIS-BR e os escores médios das mães (N=47) e pais (N=33) por subescala da EREP.

	Subescala 1- Orientação às emoções da criança		Subescala 2- Evitação das emoções da criança		Subescala 3- Falta de controle emocional		Subescala 4- Aceitação das emoções, tanto próprias quanto às da criança	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Desenvolvimento Geral/ Desenvolvimento por Domínios	,063	,026	,251	-,207	<b>-,304*</b>	,225	-,145	,163
Adaptativo	<b>,316*</b>	-,134	,087	-,036	-,285	,035	-,082	-,129
Pessoal-Social	-,052	-,066	,161	-,042	<b>-,340*</b>	,055	,005	,030
Comunicativo	,119	-,045	,170	-,160	-,267	<b>,361*</b>	-,190	,244
Motor	-,044	,032	,253	-,152	<b>-,328*</b>	,013	-,115	,035
Cognitivo	,029	,226	,046	-,247	-,281	<b>,368*</b>	-,121	,079

\*  $p \leq 0,05$

Notou-se correlações significativas entre o escores do domínio adaptativo e da regulação emocional parental das mães em relação à “Orientação às emoções da criança”. Observou-se também que a falta de controle emocional materna se relacionou a um menor desempenho da criança em termos dos escores de desenvolvimento geral e dos domínios pessoal-social e motor. Já para os pais também foram encontradas correlações significativas, porém positivas, entre os escores da subescala “Falta de controle emocional” e os dos domínios motor e cognitivo pelo BDIS-BR.

Considerando-se a coparentalidade como uma variável moderadora da regulação emocional parental<sup>2,8</sup> e, conseqüentemente, com impacto sobre o desenvolvimento dos filhos, o teste U de Mann-Whitney foi adotado para testar diferenças entre as mães cuidadoras principais sozinhas (n= 14) e em relação coparental com o pai da criança (n= 33). Diferenças significativas entre os dois grupos não foram obtidas para nenhuma das quatro subescalas da EREP: 1-Orientação às emoções da criança:  $p \leq 0,064$ ; 2-Evitação das emoções da criança:  $p \leq 0,795$ ; 3-Falta de controle emocional:  $p \leq 0,851$ ; e 4-Aceitação das emoções, tanto próprias quanto às das crianças:  $p \leq 0,680$ .

## DISCUSSÃO

A autorregulação emocional é fundamental para a adaptação pessoal frente às demandas individuais e contextuais, bem como para a prática de um cuidado parental com impactos para o desenvolvimento infantil. Por meio do cuidado parental, os pais são corretores dos filhos promovendo seu desenvolvimento<sup>2-5,7</sup>. Baseado nisso, este estudo propôs analisar relações entre o desenvolvimento dos filhos, geral e por domínios, e a regulação emocional parental de mães e pais, buscando-se comparar diferenças entre gêneros. Os resultados confirmaram haver diferenças significativas entre pais e mães em domínios específicos da regulação emocional parental, bem como associações, positivas e negativas, entre a regulação emocional parental e o desenvolvimento dos filhos, tanto geral como por domínios.



Considerando a família como o principal contexto de desenvolvimento da criança, a análise do perfil familiar econômico e sociodemográfico indicou que elas viviam em condição financeira superior a grande parte da infância brasileira. A maior parte das famílias participantes (83%) pertencia às classes socioeconômicas mais altas, B1 e B2, o que significa que possuíam rendas mensais de mais de R\$ 5.363,19. Comparando-se com a população brasileira, a qual apenas 21% pertencem às classes B somadas<sup>15</sup>, pode-se supor que as famílias e crianças que participaram deste estudo viviam em situação de vantagem econômica, o que é um fator de proteção ao desenvolvimento infantil<sup>2</sup>. Fatores micro e macro contextuais, como o nível socioeconômico e a idade e escolaridade dos pais, se relacionam com o cuidado parental, com consequências para o desenvolvimento dos filhos<sup>2,18</sup>.

Sobre a idade dos pais, eles tinham em média mais de 30 anos de idade, sendo os pais mais velhos do que as mães, mas elas com maior nível de estudo do que eles. Logo, tratava-se de pais que exerciam a parentalidade na vida adulta, o que também representa outro fator de proteção importante ao desenvolvimento infantil<sup>2</sup>. A parentalidade adulta tem impactos positivos sobre a regulação emocional parental, já que aspectos da vida adulta, como o crescimento profissional, por exemplo, podem estar consolidados, facilitando, assim, uma vivência mais positiva da parentalidade e como prioridade naquele momento da vida<sup>7</sup>. Pais mais velhos e com alto nível de escolaridade tendem a representar fatores de proteção ao desenvolvimento dos filhos, devido sua maior estabilidade econômica, bem como a possibilidade de terem, na maioria, das vezes, um emprego estável, conhecimentos sobre as políticas públicas e recursos disponíveis e mais amplos para o apoio à sua família serem mais amplos<sup>2</sup>, o que tem impacto positivo sobre os filhos.

Embora o trabalho dos pais possa ser um fator de proteção, o número de horas trabalhadas dos pais pode ser um risco ao cuidado parental. Os pais deste estudo trabalhavam, em média, 11 horas semanais a mais do que as mães, o que pode ter tido impacto sobre sua regulação emocional parental, especialmente para os domínios avaliados pelas subescalas 1- Orientação às emoções da criança e 4- Aceitação das emoções tanto próprias quanto às das crianças. Cabe destacar que os escores médios dos pais na EREP naquelas subescalas foram significativamente menores. Estudos revelam que a diferença de tempo de interação entre pais e mães com seus filhos pode ter impacto sobre o desenvolvimento infantil, particularmente para interação deles nas principais atividades de vida diária com filhos pequenos, como por exemplo, dar banho, trocar fraldas e fazer as refeições juntos<sup>19</sup>. Estudo recente de Souza et al.<sup>8</sup> também observou que o envolvimento materno é fortemente correlacionado aos cuidados diretos e indiretos, mostrando que quanto mais as mães desempenham essas tarefas, mais positivo é seu envolvimento afetivo com os filhos. Já o envolvimento paterno, correlacionou-se fortemente com a dimensão de jogos físicos e abertura ao mundo<sup>8</sup>. Cabe discutir, ainda, que o cuidado parental tem sido relacionado ao gênero feminino, reforçando a ideia de que o melhor cuidado aos filhos é oferecido pela mãe, cuja essência feminina está intrinsecamente relacionada à lógica do cuidado ao outro.

Logo, mesmo que a diferença de horas trabalhadas não necessariamente influencie na qualidade da interação pais-filhos, o trabalho paterno/materno pode ter impactos para o desenvolvimento de habilidades de regulação emocional parental, já que diminui as oportunidades de interação pais-filho para o aprendizado social e desenvolvimento da capacidade de autorregulação emocional por pais. Segundo Gomes et al.<sup>19</sup>, nestes casos a qualidade da relação é mais valorizada do que a quantidade de tempo de interação, o que assegura que a interação promova o desenvolvimento infantil. Além disso, as famílias do estudo apresentaram outros fatores de proteção, que comprovadamente asseguram um desenvolvimento infantil pleno, como a segurança e o vínculo afetivo entre a criança e, ao menos, um cuidador principal<sup>2</sup>.

De modo geral, os pais obtiveram escores médios menores do que as mães em todas as subescalas da EREP, destacando-se as subescalas 1- Orientação às emoções da criança e 4- Aceitação das emoções tanto próprias quanto às das crianças. Comparando a regulação emocional parental entre pais e mães, diferenças significativas entre o desempenho deles naquelas subescalas foram encontradas comparando-se os gêneros dos pais. Estudos confirmam diferenças de gênero no cuidado parental, já que homens e mulheres assumem participações diferentes na educação e cuidados aos filhos ainda atualmente<sup>2,19</sup>.

A reponsabilidade da mulher é maior desde antes da concepção, já que o controle de natalidade é feito majoritariamente pela mulher e, em menores proporções, pelo casal<sup>26</sup>. É o corpo da mulher que abriga o feto até o nascimento, ainda que possa haver um maior envolvimento paterno desde este momento da vida dos filhos. Desde o nascimento, as atividades de cuidado parental, como a alimentação e higiene, ainda são majoritariamente da mãe, acarretando envolvimento parentais diferentes e um exercício da parentalidade desigual. Mesmo que a amamentação ao peito seja uma atividade estritamente feminina, a alimentação ao bebê por outros meios, sua higiene e a organização e manutenção da casa podem ser compartilhadas<sup>2</sup>. Atrelado a um contexto de diferenças entre gêneros, um dos maiores motivos que influencia essa disparidade de cuidado parental desde a infância precoce é a licença maternidade<sup>19</sup>. No Brasil, essa licença, que deveria ser parental e não maternal, é de, pelo menos, 120 dias para a mãe e de apenas 20 dias para os pais<sup>27</sup>. Desta maneira, aspectos micro (a tríade mãe-filho-pai) e macro contextos (as políticas públicas, por exemplo) tributam limites para a parentalidade e, conseqüentemente, para a prática de cuidados aos filhos, que passam a ser vistas como exclusividade da mãe e compartilhada entre os cuidadores, sejam eles quais forem<sup>2,19</sup>.

É incontestável que existem diferenças entre a parentalidade como processo de tornar-se pai e tornar-se mãe e isto reflete nos cuidados que cada um dispense aos filhos. Neste estudo, as relações entre a autorregulação emocional parental e o desenvolvimento dos filhos, comparando-se pais e mães, mostraram evidências de que os pais são correguladores dos filhos de formas diferentes e em domínios específicos<sup>2</sup>. Enquanto para os pais a subescala “Falta de controle emocional” se correlacionou com o desenvolvimento cognitivo e comunicativo dos filhos, a capacidade materna de se autorregular emocionalmente parece ter influência sob o desenvolvimento geral e por domínios pessoal-social e motor, pela subescala “Falta de controle emocional”, bem como sob o domínio adaptativo, como observado nos resultados da subescala “Orientação às emoções da criança”.

Importante destacar que o desempenho das crianças no BDIS-BR foi acima dos pontos de corte, o que indica desenvolvimento típico. Nenhuma das crianças apresentou indicadores de riscos para o desenvolvimento geral (desenvolvimento geral  $\geq 104$ ) e por domínios ( $\geq 18$  para o domínio motor e  $\geq 16$  para os demais domínios). Ademais, todas as crianças frequentavam creche por, em média, 30 horas semanais, o que pode estar relacionado ao bom desempenho delas no BDIS-BR. Segundo Dourado et al.<sup>22</sup>, o acesso à educação infantil na primeira infância é um importante fator protetivo e promotor do desenvolvimento, já que o ambiente escolar pode ser responsável pelo desenvolvimento integral e dos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais da criança. A inclusão precoce na escola tem sido considerada uma boa medida para as famílias trabalhadoras, por que garante benefícios para a família e impacto positivo para as crianças<sup>22</sup>. Embora a frequência à creche tenha sido, inicialmente, proposta como critério de inclusão amostral, isso pode ter diminuído o viés de análise relativa ao desempenho infantil no BDIS-BR, já que todas as crianças ao frequentarem creches estavam em condições semelhantes de estimulação ao desenvolvimento.

Relações entre a regulação emocional materna e o desenvolvimento infantil eram esperadas, já que estudos mostram que uma regulação emocional materna baixa resulta em sintomas de ansiedade e depressão nos filhos<sup>3,21</sup>, dificuldades para a regulação da criança<sup>6,20</sup> e sua socialização<sup>6</sup>. As médias das mães na subescala 1- Orientação às emoções da criança se correlacionaram positivamente com o domínio adaptativo do BDIS-BR, que avalia a capacidade da criança em usar informações e habilidades adquiridas nos outros domínios, como a independência em habilidades de autocuidado e responsabilidade pessoal. Esse domínio se refere a ações como alimentar-se, vestir-se, o desfralde, hábitos de higiene pessoal e outras tarefas, como brincadeiras, as quais são componentes importantes para o cuidado parental materno. Mães atentas às emoções da criança sabem reconhecer e entender como seus filhos lidam com suas próprias emoções, ajudando-os a adquirirem independência, de maneira capaz e funcional.

Relações positivas entre a regulação emocional parental das mães e o desenvolvimento adaptativo dos filhos foram também encontradas em estudo de Ispa et al.<sup>4</sup>, que observaram que o engajamento e a autorregulação infantil se relacionam à sensibilidade materna, independente do gênero dos filhos

ou do nível educacional materno. A responsividade materna é preditora das habilidades regulatórias infantis a partir dos dois anos de idade dos filhos, com impactos para o manejo do chamado “*terrible twos*”<sup>12,23</sup>. Esse período, por vezes, temido por pais e educadores, representa um momento importante para o ensino de habilidades de regulação emocional e comportamental à criança, com desfechos futuros para sua vida adulta<sup>5</sup>. Logo, considerando que a interpretação da subescala 3- Falta de controle emocional é inversamente proporcional ao desempenho infantil, era de se esperar que os resultados maternos nessa escala, se correlacionassem negativamente com o desempenho da criança no domínio Pessoal-Social.

Além disso, as relações negativas significativas entre o desenvolvimento infantil, geral e no domínio motor, e a subescala 3, Falta de controle emocional materno, também eram esperadas. Esta subescala apresenta itens com afirmativas negativas, como por exemplo, “Quando estou nervoso ou ansioso não consigo ajudar o meu filho a lidar com as suas emoções” e “Acontece-me de zangar-me com o meu filho, apenas porque estou enervado ou zangado com outros assuntos da minha vida”, para os quais os escores altos representam falta de controle emocional. Logo, esses achados demonstram que quanto mais emocionalmente controlada a mãe o desempenho motor do filho é melhor, bem como suas habilidades sociais, como o engajamento em relacionamentos socialmente significativos com adultos, e seu autoconceito e o exercício de papéis sociais. Dessa maneira, mães com boa regulação emocional tendem a criar filhos bem regulados e, conseqüentemente, promover um desenvolvimento geral favorável. O contrário também é evidente. Problemas na autorregulação infantil dos 24 aos 36 meses têm sido associados a menor sensibilidade e estimulação maternas, com prejuízos para o desenvolvimento social e comportamental aos 54 meses<sup>24</sup>. Esses resultados maternos, portanto, corroboram com estudos que demonstram que a regulação emocional materna tem influência no desenvolvimento dos filhos<sup>2-4</sup> e este artigo, em particular, traz evidências sobre aspectos específicos da regulação emocional parental de mães, especialmente para os domínios motor e sócio adaptativo dos filhos.

Em contrapartida, os resultados paternos mostraram que os pais são correguladores dos filhos de maneira diferente das mães. Relações significativas, porém, negativas, entre a regulação emocional paterna e o desenvolvimento infantil foram encontradas entre os resultados dos pais na subescala 3, Falta de controle emocional, e o desenvolvimento comunicativo e cognitivo dos filhos. Ambos os domínios são essenciais para o processo transacional de autorregulação emocional e comportamental infantil<sup>1,2</sup>. O domínio Cognitivo, por exemplo, inclui aspectos como a atenção, a percepção e a noção de conceitos, os quais, na prática, são base para o desenvolvimento social, o autoconceito e as interações sociais. Já o domínio Comunicativo avalia a comunicação receptiva e expressiva, ou seja, a capacidade da criança de entender e expressar informações. Os achados paternos deste estudo sugerem que, apesar dos pais apresentarem escores menores de regulação emocional do que as mães em todas as subescalas, a força da relação foi tão grande quanto a das mães.

Questiona-se como a falta de controle emocional paterno se associaria a um bom desenvolvimento cognitivo e comunicativo dos filhos e algumas hipóteses são levantadas para discutir estas associações. Inicialmente, embora os pais tenham apresentado escores médios superiores as mães na subescala 3- Falta de controle emocional, não existe um parâmetro para se definir o que seria um controle emocional parental ideal. Os pais apresentaram escores médios de 1,58 (DP= 0,73), o que em uma escala de zero (“sempre ou quase sempre”) a quatro (“nunca ou quase nunca”) representa que os pais tendem a controlar, sempre ou quase sempre, suas emoções negativas. Logo, não se pode afirmar que este resultado representa uma incapacidade dos pais para o controle de suas emoções. Com base na literatura<sup>3-7</sup>, desfechos negativos para o desenvolvimento infantil se relacionariam a médias maiores nesta subescala, o que corresponderia à falta de habilidade dos pais em controlarem-se emocionalmente.

Discute-se, ainda, a importância paterna para o desenvolvimento infantil, tal como sustenta a Teoria da Relação de Ativação proposta por Paquette<sup>25</sup>. Para essa teoria, existem três dimensões do contexto familiar em que a figura paterna costuma influenciar mais que a materna o desenvolvimento dos filhos: a disciplina, a estimulação à perseverança e o estímulo a correr riscos. A terceira dimensão,

“Estímulo a correr riscos”, mostra-se prioritariamente importante para a discussão dos resultados deste estudo. Nesta dimensão, a promoção da autonomia, da autoconfiança e da tolerância ao estresse está envolvida, quando um cuidado coparental, ou seja, aquele compartilhado entre pai e mãe, permite uma presença paterna mais constante e que estimula o desenvolvimento, o que compensaria a falta de controle emocional paterna. Pode-se supor que esta hipótese explicaria os resultados paternos para a subescala 3- Falta de controle emocional e sua associação com o desenvolvimento cognitivo e comunicativo dos filhos, uma vez que 70% (n=33) das famílias exerciam um cuidado coparental.

Embora sem diferenças significativas entre as mães, cuidadoras principais sozinhas e em relação coparental, para nenhuma das subescalas, um cenário familiar de cuidado coparental parece ter influência para os pais se sentirem mais encorajados a compartilharem com as mães os cuidados aos filhos sob um regime de um exercício coparental. A coparentalidade é um tema de estudo ainda escasso no cenário nacional, o que sugere a condução de pesquisas futuras que estudem a relação coparental e seus desfechos para o desenvolvimento dos filhos. Para as mães cuidadoras deste estudo, a coparentalidade pareceu não fazer diferença, o que merece ser discutido. Embora Souza et. al.<sup>8</sup> tenham observado que mães em relação coparental para o cuidado dos filhos tendem a se sentirem menos sobrecarregadas, não se pode inferir que a coparentalidade seja influenciada negativamente pelo baixo envolvimento paterno, o que corrobora com os resultados encontrados nesta pesquisa.

Destaca-se, por fim, que a ocorrência de doença mental nos genitores, que é um fator de risco com impacto importante sobre a regulação emocional dos filhos<sup>2,20,21</sup> foi controlada neste estudo. Para minimizar este viés amostral, as famílias com pais com histórico psiquiátrico foram excluídas do estudo a fim de garantir a análise da regulação emocional parental, comparando-se o gênero (pais e mães) sem influência de outras variáveis. Desordens psiquiátricas, como alcoolismo, depressão e transtornos de ansiedade, são riscos para desorganização familiar com impactos negativos para o desenvolvimento infantil, uma vez que pais com problemas mentais tendem a ter maiores dificuldades em se autorregular<sup>2</sup>, particularmente em quadros de depressão<sup>2,21</sup>.

Cabe reconhecer algumas limitações deste estudo, sobretudo relativo ao pequeno número de participantes, o que dificulta a generalização dos resultados. Além disso, os participantes possuíam, majoritariamente, bom nível socioeconômico e educacional, com pais sem doenças mentais e exercendo a parentalidade já na vida adulta, todos fatores de proteção ao desenvolvimento infantil. Logo, é importante que novos estudos sejam conduzidos com famílias em outras condições socioeconômicas a fim de se verificar relações entre condições familiares, como pobreza e baixa escolaridade, e a autorregulação emocional parental e seus desfechos para os filhos. Levando em consideração que a regulação emocional parental e prática parental positivas são habilidades que podem ser adquiridas e melhoradas<sup>2</sup>, estudos com foco na promoção da capacidade de correção de pais também são indicados. Por fim, entende-se que a regulação emocional parental ainda deve ser melhor investigada em futuras pesquisas, buscando-se analisar relações com outras variáveis, bem como o impacto da falta de regulação emocional parental sobre o desenvolvimento infantil dos filhos.

## CONCLUSÃO

Tomando como base o propósito deste estudo, ou seja, de analisar relações entre regulação emocional parental e o desenvolvimento, geral e por domínios, de filhos entre 24 e 35 meses de idade, conclui-se que podem existir relações entre o desenvolvimento infantil e a capacidade parental de autorregulação emocional, com diferenças entre pais e mães. Os resultados maternos corroboram e aprofundam achados já confirmados pela literatura, relacionando regulação emocional de mães com domínios específicos do desenvolvimento infantil. Por sua vez, os baixos resultados paternos para regulação emocional parental se relacionaram com aspectos específicos do desenvolvimento, comunicativo e cognitivo, dos filhos, indicando a necessidade de mais pesquisas sobre a influência da figura paterna no cuidado parental dos filhos, a fim de melhor compreender e ampliar a generalização destes achados.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

### Contribuições

ACBC: Contribuição em todas as etapas do desenvolvimento do manuscrito.

ACM: Contribuição em todas as etapas do desenvolvimento do manuscrito.

KAA: Contribuição em todas as etapas do desenvolvimento do manuscrito.

### Conflito de Interesse

Os autores declaram não possuir conflito de interesse.

## REFERÊNCIAS

1. Sameroff AJ. A unified theory of development: A dialectic integration of nature and nurture. *Child Dev.* 2010;81(1):6-22.
2. Pluciennik GA, Lazzari MC, Chicaro MF (Orgs.). *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: Parentalidade em foco.* São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; 2015.
3. Loevaas M, Sund AM, Patras J, Martinsen K, Hjemdal O, Neumer SP, et. al. Emotion regulation and its relation to symptoms of anxiety and depression in children aged 8-12 years: does parental gender play a differentiating role? *BMC psychology* 2018;6(1):42.
4. Ispa JM, Su-Russell C, Palermo F, Carlo G. The interplay of maternal sensitivity and toddler engagement of mother in predicting self-regulation. *DevPsychol* 2017;53(3):425-435.
5. Linhares MBM, Martins CBS. O processo da autorregulação no desenvolvimento de crianças. *Estud. psicol. (Campinas)* 2015;32(2):281-293.
6. Meyer S, Raikes HA, Virmani EA, Waters S, Thompson RA. Parent emotion representations and the socialization of emotion regulation in the family. *Int. J. Behav. Dev.*2014;38(2):164-173.
7. Barros L, Góes AR, Pereira AI. Parental self-regulation, emotional regulation and temperament: Implications for intervention. *Estud. psicol. (Campinas)* 2015;32(2):295-306.
8. Souza FM, Fiorini MC, Crepaldi MA. Relações entre Coparentalidade, Envolvimento Parental e Práticas Parentais de Pais e Mães de Famílias Binucleares. *Estud. pesquis. psicol.* 2020;20(2):519-539.
9. Olson SL, Lunkenheimer ES. Expanding concepts of self-regulation to social relationships: Transactional processes in the development of early behavioral adjustment. In Sameroff AJ. *The Transactional Model of Development: How Children and Contexts Shape Each Other.* Publisher: American Psychological Association; 2009. p.55-76.
10. Gross JJ, Thompson RA. Emotion regulation: Conceptual foundations. In Gross JJ (Ed.), *Handbook of emotion regulation.* New York: Guilford Press; 2007.p.3-26
11. Pereira A, Barros L, Roberto M. Development of the Parent Emotion Regulation Scale (PERS): Factor Structure and Psychometric Qualities. *JChildFam Stud.* 2017;26:3327-3338.
12. Thompson, RA. "Development in the First Years of Life." *Future Child.* 2001;11(1): 21-33.
13. Cunha ACB, Berkovits M, Albuquerque KA. Developmental Assessment with Young Children: A Systematic Review of Battelle Studies. *Infants Young Child.* 2018;31(1):69-90.

14. Albuquerque KA, Cunha ACB. Avaliação do desenvolvimento infantil: apresentando o Battelle Developmental Inventory, Second Edition. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. 2016;24:52-59.
15. ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2018). Critério de Classificação Econômica Brasil 2018.
16. Albuquerque KA. Adaptação transcultural do Battelle Developmental Inventory, 2nd Edition para o Brasil e evidências psicométricas da versão de triagem para avaliação de crianças até dois anos de idade. Tese de doutoramento- Universidade Federal do Espírito Santo; 2019
17. Newborg J. Battelle Developmental Inventory, 2nd Edition. Itasca: Riverside2005.
18. Masten AS, Obradovic J. Competence and resilience in development. Ann N Y Acad Sci. 2006;1094:13-27.
19. Gomes QS, Alvarenga P. O Envolvimento Paterno em Famílias de Diferentes Níveis Socioeconômicos. Psic.: Teor. e Pesq. [Internet]2017;32(3):1-9.
20. Morawska A, Dittman CK, Rusby JC. Promoting Self-Regulation in Young Children: The Role of Parenting Interventions. Clin Child Fam Psychol Rev. 2019;22:43–51.
21. Loechner J, Sfarlea A, Starman K, Oort F, Thomsen LA, Schulte-Körne G, et al. Risk of Depression in the Offspring of Parents with Depression: The Role of Emotion Regulation, Cognitive Style, Parenting and Life Events. Child Psychiatry Hum Dev. 2020;51:294–309.
22. Dourado JS, Carvalho SAS, Lemos SMA. Desenvolvimento da comunicação de crianças de um a três anos e sua relação com o ambiente familiar e escolar. Rev. CEFAC 2015;17(1):88-99.
23. Roberts MY, Curtis P, Estabrook R, Norton ES, Davis MM, Burns J, et. al. Talking Tots and the Terrible Twos: Early Language and Disruptive Behavior in Toddlers. J Dev Behav Pediatr. 2018;39(9):709-714.
24. Network N. Affect dysregulation in the mother-child relationship in the toddler years: antecedents and consequences. Dev Psychopathol. 2004;16(1):43-68.
25. Paquette D. Theorizing the father-child relationship: Mechanisms and developmental outcomes. Hum Dev 2004;47(4):193-219.
26. Mozzaquatro CO, Arpini DM. Planejamento Familiar e Papéis Parentais: o Tradicional, a Mudança e os Novos Desafios. Psicol., Ciênc. Prof. (On) 2017;37(4):923-938.
27. Brasil. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União